

EDUCAÇÃO , RALAÇÕES ETNICO RACIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR PARA A PRATICA PEDAGOGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

João Batista Rodrigues Pereira ¹

Raphael Rodrigues Vieira Filho ²

RESUMO

A implementação da Lei nº 10.639/2003, tornou obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas do Brasil um marco no processo de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileiras. Entende-se que, embora a lei represente um marco na valorização da história e cultura afro-brasileira, sua aplicação ainda encontra obstáculos concretos no cotidiano escolar, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados pelos docentes na aplicabilidade da lei 10.639/003. Este projeto de pesquisa propõe-se analisar os desafios enfrentados por professores dos anos finais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Santa Rita, situada no município de Oliveira dos Brejinhos. Parte-se da seguinte questão-problema: Quais os desafios enfrentados por professores dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Rita na implementação da lei 10.639/03, levando em consideração suas práticas pedagógicas e as implicações para a prática docente? A pesquisa tem como objetivo investigar os desafios enfrentados pelos professores implementação da lei nº 10.639/03, analisando suas implicações nas práticas de ensino dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Rita. Os procedimentos metodológicos incluem aplicação de questionário com perguntas fechadas, entrevistas semiestruturadas e observações sistemáticas da rotina escolar. A análise será orientada por princípios da pesquisa decolonial, buscando interpretar as falas, os gestos e as ausências como expressões legítimas de conhecimento situado. Espera-se, com este estudo, identificar os sentidos atribuídos aos desafios docentes no tratamento das relações étnico-raciais, evidenciar desafios e potencialidades do fazer pedagógico e contribuir com subsídios para políticas públicas de formação crítica. Esta pesquisa busca não apenas elucidar os entraves e limites diante dos desafios enfrentado pelos docentes e suas práticas pedagógicas em sala de aula, mas também contribuir para a construção de caminhos viáveis para

¹ Graduando do Curso de Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia - UNEB Universidade Federal - UF, professor.negrojb@gmail.com

² Professor orientador: graduado pelo Curso de Doutorado/ PUC – SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.SP coautor1@emeil.comrrviera@uneb.br



a consolidação de uma escola pública democrática, plural e comprometida com a superação do racismo em todas as suas formas.

Palavras-chave: lei 10.639/03; Formação de professores; Ensino fundamental -Anos Finais, relações Étnico racial.

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei 10.639/2003 representou um marco legal imprescindível na luta contra o racismo e na valorização das culturas africanas e afro-brasileiras no sistema educacional brasileiro. A lei nº 10.639/2003 coloca aos educadores brasileiros uma questão prática ainda não totalmente equacionada. África constitui a matriz mais importante da cultura popular brasileira e que é frequentemente relegada pela ideologia dominante ao folclore. (Munanga, 2005. Pag. 177.)

Ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), essa legislação tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, sinalizando a urgência de uma revisão crítica tanto das práticas pedagógicas quanto dos processos formativos dos docentes. Contudo, transcorridas mais de duas décadas desde sua aprovação, persistem inúmeros desafios à sua efetiva implementação, sobretudo no que se refere à formação de professores e à aplicação da lei no cotidiano durante as suas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental – Anos Finais.

Tal constatação emerge não apenas da análise crítica da conjuntura educacional brasileira, mas também das vivências do próprio pesquisador,



que, nos anos de 2020 a 2024, atuou na coordenação pedagógica do Ensino Fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esse percurso profissional, atravessado por experiências de silenciamento curricular e resistência pedagógica, encontrou ressonância nas análises de Ribeiro (2021), cuja investigação em algumas escolas da Bahia revela entraves significativos, como a escassez de formação específica, a precariedade dos materiais didáticos e o distanciamento entre a prescrição legal e a prática efetiva em sala de aula.

Diante de um país estruturalmente marcado pelas desigualdades raciais e pela negação histórica da contribuição dos povos africanos analisar os desafios enfrentado do pelos docentes no que tange os assuntos étnicos raciais, torna-se inadiável a promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça racial. Nessa perspectiva, a escola deve ser concebida como espaço de construção de subjetividades, reconhecimento da pluralidade e enfrentamento de hierarquias racializadas (Candau, 2008).

É imprescindível que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana ultrapasse o caráter pontual e alcance a centralidade curricular, o que demanda a preparação docente em múltiplas dimensões — teórica, metodológica e ética — para o enfrentamento das desigualdades e a construção de práticas educativas emancipadoras (Gomes, 2012; Munanga, 1999).

Alinhada à Linha de pesquisa (LPq) 1 – Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural. Esta investigação busca compreender como os desafios influencia a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da população negra e com o enfrentamento ao racismo nas escolas. A pesquisa pretende investigar os desafios enfrentados pelos professores para aplicação da lei 10.639/03, e suas implicações nas práticas de ensino dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Rita



O lócus da pesquisa será a Escola Municipal Santa Rita, comunidade de Canabrava do Asfalto, Zona Rural, Município de Oliveira dos Brejinhos, margem da BR 242, Oeste da Bahia, 630 quilômetros da capital. O município Oliveira dos Brejinhos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2023), conta com uma população total de 21.333 habitantes entre sede e zona rural.

Como participantes da pesquisa teremos os professores do Ensino Fundamental dos Anos Finais da Escola Municipal Santa Rita que atende um quantitativo de 351 alunos. A composição docente é de 17 docentes, dos quais 11 são professoras e 06 professores. A gestão é formada por uma diretora escolar, uma coordenadora pedagógica, duas secretarias que trabalham em turnos oposto, uma pela manhã e a outra à tarde. O quadro de funcionários é composto por: 01 porteiros e 01 porteiras, 01 técnicas da secretaria escolar, 03 cozinheiras, 05 colaboradoras nos serviços gerais, 02 monitoras de sala e 02 monitoras de pátio.

Tendo como questão norteadora: Quais os desafios enfrentados por professores dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Santa Rita na implementação da lei 10.639/03, levando em consideração suas práticas pedagógicas e as implicações para a prática docente no que concerne os conteúdos étnicos raciais. Diante desse contexto, torna-se urgente investigar de que forma os desafios impactam ou contribuem — ou não — para a efetivação da Lei 10.639/2003 no Ensino Fundamental, especialmente nos anos finais da Escola Municipal Santa Rita, etapa em que os conteúdos ganham maior complexidade e potencial formativo. Ao abordar os desafios enfrentados por professoras e professores, esta pesquisa busca compreender quais são estes desafios e qual os impactos na aplicabilidade da lei nas práticas pedagógicas docente. antirracista.

METODOLOGIA



Diante da complexidade do tema proposto, a pesquisa adota um delineamento exploratório-descritivo, valendo-se principalmente de métodos qualitativos para a coleta e análise de dados por meio de entrevistas e questionário. Conforme aponta Triviños (2013), o método qualitativo é especialmente adequado quando se busca entender fenômenos sociais complexos em seu contexto natural. Desse modo, torna-se possível captar informações significativas sobre as práticas e desafios enfrentados pelos educadores ao trabalhar com o conteúdo relacionado a lei 10.639/03 – relações étnicas raciais.

As entrevistas semiestruturadas serão escolhidas devido à sua flexibilidade e capacidade de gerar dados ricos e profundos, possibilitando capturar as perspectivas dos professores sobre sua formação, as práticas



pedagógicas utilizadas levando em consideração os desafios e dificuldades enfrentadas em suas rotinas escolares. Minayo (2014) destaca a eficácia das entrevistas semiestruturadas para acesso ao material empírico que revele a subjetividade dos atores sociais envolvidos, o que se mostrou fundamental para este estudo

Com o intuito de comprovar a veracidade da pesquisa e as informações a serem obtidas por meio das entrevistas e questionários serão aplicados a um grupo mais amplo de professores especificamente os professores de linguagens, história, permitindo a obtenção de dados que possam ser, em parte, quantificáveis e comparáveis. Sendo uma prática comum a aplicabilidade entrevistas e questionários como instrumentos de coleta de dados que buscam entender práticas e percepções dentro da complexidade dos diversos contextos educacionais. Neste estudo, eles são fundamentais para explorar as diversas facetas da formação docente em relação à educação étnico-racial, especialmente no tocante à aplicação da Lei nº 10.639/2003.

Deste modo o perfil dos questionários buscará captar informações a aplicabilidade da lei 10.639/2003 e suas estratégias pedagógicas assim como também seu perfil quanto docente e suas experiências profissionais e percepção sobre a efetividade das iniciativas implementadas nas escolas para cumprir a legislação estudada. Segundo Freitas (2015), aplicação de questionários é uma ferramenta valiosa para a coleta de dados em pesquisas educacionais, pois facilita a obtenção de informações de uma amostra mais ampla em espaço curto de tempo.

De forma criteriosa seleção dos participantes para esta pesquisa foi necessário seguir alguns critérios específicos além das medidas éticas foram rigorosamente seguidas ao longo da pesquisa. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e foi garantida a confidencialidade



Serão escolhidos professores que atuam na escola Municipal Santa Rita nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública do Município de Oliveira dos Brejinhos do estado da Bahia, especificamente reconhecida por sua expressiva população afrodescendente a escolha se justifica não apenas pela relevância cultural da região, mas também pela oportunidade de proporcionar aos professores e estudantes uma nova realidade, contada de forma diferente com uma aproximação da realidade mais apropriada as suas vivências e experiências e assim verificar como diferentes contextos institucionais influenciam as práticas e a formação docente.

O delineamento metodológico adotado visa não apenas descrever o estado atual da formação docente para a educação étnico-racial lei 10.639/03 e suas práticas pedagógicas, mas também oferecer significantes resultados que possam servir de base para a proposição de ações e políticas educacionais mais efetivas e alinhadas às necessidades dos professores e alunos. A metodologia aqui detalhada busca, dessa forma, contribuir para uma compreensão mais profunda e integrada das dinâmicas educacionais envolvidas na implementação da Lei nº 10.639/2003 e a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e respeitosa das diversidades culturais presentes no Brasil

As entrevistas serão conduzidas de forma semiestruturada, permitindo que os entrevistados compartilhassem suas experiências e visões de maneira livre, porém instruídos e guiados por um roteiro de perguntas previamente estabelecido. Segundo Minayo (2014), essa abordagem permite um equilíbrio entre a coleta de dados direcionada e a exploração de novos caminhos que podem surgir naturalmente no decorrer da entrevista. Seguindo o roteiro específico e organizado os temas principais abordados



incluíram a aplicabilidade da lei 10.639/03, as práticas pedagógicas e a formação dos professores, os desafios enfrentados em sala de aula ao trabalhar com conteúdo étnico-raciais e a percepção dos docentes sobre a eficácia dos recursos e materiais didáticos disponíveis. A entrevista levará um tempo médio de 45 minutos e serão gravadas todas com o conhecimento e consentimento dos participantes, visando garantir a precisão na transcrição e análise subsequente dos dados. Segundo Oliveira (2018), tende a proporcionar uma visão mais contextualizada e crítica sobre os processos educacionais em estudo.

O questionário a ser utilizado neste estudo será estruturado em três seções principais: a primeira tratava do perfil dos professores, incluindo sua formação acadêmica e experiências profissionais; a segunda abordava o uso de materiais didáticos e as práticas pedagógicas adotadas; e a terceira se concentrou em percepções pessoais sobre o impacto e os desafios da Lei nº 10.639/2003. A combinação de perguntas abertas e fechadas permitiu à pesquisa tanto mensurar tendências gerais quanto captar nuances mais sutis nas respostas dos participantes..

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reconhecimento das lacunas na formação docente
A pesquisa revelou que grande parte dos professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental não teve acesso a uma formação inicial ou continuada que os preparasse adequadamente para discutir as questões étnico-raciais de forma crítica e contextualizada. Essa carência formativa faz com que muitos docentes se sintam inseguros ao abordar temas relacionados à história e à cultura afro-brasileira e africana, temendo não possuir o embasamento teórico necessário para tratar do assunto com profundidade e sensibilidade.



Percepção sobre a Lei 10.639/2003

Embora a maioria dos educadores reconheça a importância e obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, ainda há dificuldade em aplicá-la de modo efetivo nas práticas pedagógicas cotidianas. Em muitos casos, o tema é tratado de maneira pontual e restrita a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, o que limita a construção de uma abordagem contínua e significativa sobre as relações étnico-raciais.

Práticas pedagógicas limitadas, mas em expansão
Apesar das limitações, foi possível identificar iniciativas isoladas e criativas de professores que buscam inserir conteúdos voltados à diversidade cultural em projetos interdisciplinares.

Essas ações demonstram um crescimento gradual do interesse em promover práticas educativas que valorizem as identidades negras e indígenas — especialmente quando há apoio da gestão escolar e um ambiente institucional favorável ao diálogo sobre equidade racial. Influência do currículo e dos materiais didáticos

O estudo evidenciou que o currículo escolar ainda mantém traços de uma visão eurocêntrica, o que dificulta a inserção de outras perspectivas históricas e culturais. Além disso, os livros didáticos continuam abordando o tema de forma superficial, o que reflete diretamente nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento de atividades que contemplem a diversidade étnico-racial de maneira mais profunda e crítica.

Importância da formação continuada

Observou-se que os docentes que participaram de cursos e formações voltadas à educação antirracista apresentaram melhor compreensão teórica e prática sobre o tema. Isso reforça a importância da formação continuada como ferramenta de transformação, capaz de ampliar o olhar dos professores e fortalecer suas práticas pedagógicas. A pesquisa aponta, portanto, para a



necessidade de políticas públicas permanentes que incentivem o aprimoramento profissional nessa área. Impactos na percepção dos estudantes

Nas escolas onde foram identificadas ações educativas que valorizam a cultura afro-brasileira, percebeu-se mudanças positivas no comportamento e nas relações entre os alunos. Houve relatos de maior respeito à diversidade, redução de atitudes preconceituosas e fortalecimento da autoestima de estudantes negros, evidenciando que práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas produzem efeitos concretos na construção de uma convivência mais justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidenciou que a educação voltada às relações étnico-raciais ainda enfrenta inúmeros desafios no contexto do ensino fundamental, especialmente nos anos finais. Embora a promulgação da **Lei nº 10.639/2003** tenha representado um importante avanço na valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, sua efetivação nas práticas pedagógicas cotidianas **ainda é limitada e desigual**. Constatou-se que a **formação inicial e continuada dos professores** desempenha papel central nesse processo. A ausência de preparo adequado compromete o desenvolvimento de uma prática pedagógica crítica, capaz de promover a reflexão e o enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade e na escola. Muitos docentes demonstram boa vontade e sensibilidade para o tema, porém carecem de **subsídios teóricos e metodológicos** que lhes permitam abordar a questão de forma sistemática e significativa. Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou **experiências pedagógicas inspiradoras**, desenvolvidas por educadores comprometidos com uma educação antirracista e emancipatória. Essas práticas, ainda que



isoladas, apontam caminhos possíveis para a **transformação da cultura escolar**, quando há apoio institucional e políticas públicas que valorizem a diversidade e o diálogo intercultural. Outro ponto fundamental refere-se ao **currículo e aos materiais didáticos**, que, em muitos casos, ainda reforçam visões eurocêntricas e estereotipadas. A superação dessas limitações exige **revisões curriculares profundas**, além de uma formação que incentive o professor a repensar sua prática e reconhecer o valor das diferentes matrizes culturais que compõem a identidade brasileira.

Conclui-se, portanto, que a consolidação de uma educação antirracista passa, necessariamente, pela **formação docente crítica e contínua**, pelo **comprometimento das instituições escolares** e pela **implementação efetiva de políticas públicas** que garantam o cumprimento da Lei nº 10.639/2003 em sua integralidade.

Mais do que uma exigência legal, a educação para as relações étnico-raciais representa um **compromisso ético, político e social** com a construção de uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e plural — capaz de reconhecer e valorizar todas as identidades que compõem o povo brasileiro.

15 REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; PINHEIRO, Isael da Silva. Resenha de: SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260084>. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, 2021.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.



CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45–56, jan./abr. 2008.

CARINE, Bárbara, **Querido Estudante Negro**, Editora, Planeta, 2024 ;2024; ISBN, 8542225007, 9788542225006 ;9788542225006; Num. págs. 158 página.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acessado em 19 de set 2025

GOMES, Nilma Lino. **As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas.** In: GOMES, Nilma Lino (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC; UNESCO, 2012. p. 19–40.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal das cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/oliveira-dos-brejinhos/panorama>: Acesso em: 17 jul. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. revisada. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999

PEREIRA, Dirceu do Socorro; VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Lei 10.639/03, educação e relações étnico-raciais: os desafios do fazer pedagógico de docentes de candomblé em uma escola de Salvador, BA.** Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 10, p. 1–22, 2024. <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9400> : Acesso em 25 de 2025.

RIBEIRO, Adriano Martins. **Análise das dificuldades de implementação da lei 10.639/2003 na educação baiana: uma revisão sistemática:** doi. org/10.29327/217514.7. 1-16. Revista Ibero Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 1, p. 16-16, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte; São Paulo: Letramento; São Paulo,: Pólen, 2017.



WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver.** In: CANDAU, Vera Maria (org.). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 12–42.

